



**PROJETO DE LEI N.º 188/2024**

Institui, no âmbito da Câmara Municipal de Maracanaú, a Retribuição de Assessoramento Parlamentar – RAP, destinada ao custeio da assessoria parlamentar, revoga a Lei nº 3.621, de 10 de dezembro de 2024. e dá outras providências.

**O PREFEITO DE MARACANAÚ** Faço saber que a Câmara Municipal de Maracanaú decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Institui, no âmbito da Câmara Municipal de Maracanaú, a Retribuição de Assessoramento Parlamentar – RAP, verbade destinada mensalmente para o custeio da retribuição dos ocupantes de Funções de Natureza Comissionada de Assessoramento Parlamentar, nos níveis previstos no Anexo Único desta Lei, e na forma deliberada em Ato da Mesa Diretora.

**CAPÍTULO II**  
**DA VERBA DESTINADA À RETRIBUIÇÃO DE ASSESSORAMENTO PARLAMENTAR – RAP**

Art. 2º Cada Gabinete de Vereador terá direito, para o custeio da retribuição ora prevista, e a título mensal de Verba de Assessoramento Parlamentar –RAP, o valor total de R\$ 47.054,51 (quarenta e sete mil, cinquenta e quatro reais e cinquenta e um centavos).





§ 1º Os pagamentos realizados por meio da Retribuição de Assessoramento Parlamentar – RAP, serão confeccionados em folha própria, à conta da dotação orçamentária da Câmara Municipal de Maracanaú, sob rubrica específica.

§ 2º O valor previsto no *caput* deste artigo será reajustado em ato específico.

### CAPÍTULO III

#### DA FUNÇÃO DE NATUREZA COMISSIONADA DE ASSESSORAMENTO PARLAMENTAR

##### - RAP

##### Seção I

##### Da Função de Natureza Comissionada de Assessoramento Parlamentar - RAP

Art. 3º A Função de Natureza Comissionada de Assessoramento Parlamentar – ASP, prevista no art. 1º desta Lei, será destinada às pessoas maiores de 18 anos, indicadas em formulário padrão, pelo detentor do mandato eletivo de vereador.

Art. 4º O provimento da função de natureza comissionada de assessoramento parlamentar – ASP, dar-se-á por ato específico, de iniciativa e indicação do titular do mandato eletivo, sendo limitado, por gabinete, ao mínimo de 4 (quatro) e ao máximo de 10 (dez) assessores, com atuação conforme previsão legal e determinação do parlamentar.

Parágrafo único. A efetivação da indicação do ocupante da função comissionada prevista no *caput* deste artigo somente será efetivada após a entrega, ao Setor de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Maracanaú, dos documentos previstos em ato da Mesa Diretora, e produzirá efeitos no mês seguinte ao de seu envio.

Art. 5º A Relação de Assessoria Parlamentar – RASP, de cada gabinete deverá ser encaminhada ao Setor de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Maracanaú, em formulário padrão, assinado pelo parlamentar até o dia 22 (vinte e dois) de cada mês, e deverá indicar quem irá desempenhar as atribuições de Chefe de Gabinete.





Parágrafo único. A Relação de Assessoria Parlamentar – RASP somente poderá conter a indicação de uma pessoa para desempenhar as atribuições de Chefia de Gabinete.

Art. 6º. A destituição da função de natureza comissionada de assessoramento parlamentar – ASP dar-se-á por ato específico, de iniciativa e indicação do titular do mandato eletivo, ou em razão da falta de indicação na RASP, e será efetivada no mês subsequente ao de seu envio.

## Seção II

### Das atribuições da Função de Natureza Comissionada de Assessoramento Parlamentar - RAP

Art. 7º As atribuições da Função de Natureza Comissionada de Assessoramento Parlamentar serão divididas em:

#### I - Assessoramento Parlamentar:

- a) assessorar o parlamentar, em âmbito interno e/ou externo, durante o exercício do mandato, prestando apoio técnico, administrativo e político;
- b) acompanhar a tramitação de proposições em todas as fases do Processo Legislativo;
- c) elaborar proposições legislativas, pareceres e discursos parlamentares;
- d) promover as articulações necessárias ao acompanhamento e desenvolvimento das atividades políticas do superior hierárquico;
- e) realizar estudos e pesquisas para subsidiar o mandato parlamentar;
- f) realizar visitas externas para identificar problemas e necessidades que possam ser levados à Câmara;
- g) acompanhar matérias e publicações de interesse do Poder Legislativo e propor estratégias de atuação;
- h) acompanhar e assessorar o parlamentar nas atividades externas representativas do mandato e representá-lo em reuniões, eventos e solenidades, quando por este designado;
- i) manter contato com outros gabinetes, secretarias municipais, estaduais e entidades para buscar parcerias e soluções para as demandas apresentadas;





- j) organizar e conservar arquivos documentais da atividade parlamentar;
- k) auxiliar na organização de eventos, audiências públicas, solenidades e encontros com lideranças locais;
- l) recepcionar e atender pessoas, prestando as informações necessárias;
- m) elaborar correspondências relacionadas ao expediente da unidade parlamentar;
- n) acompanhar matérias e publicações de interesse do mandato parlamentar;
- o) realizar levantamentos e pesquisas de temas associados à função parlamentar para elaboração de notícias ou informações relacionadas ao foco do mandato;
- p) organizar e manter atualizada agenda telefônica oficial de entidades e de lideranças políticas relacionadas com as áreas de atuação do mandato parlamentar;
- q) executar atividades ligadas ao protocolo, registro e arquivamento de documentos e fichas;
- r) realizar o controle da manutenção e conservação de equipamentos instalações do local de trabalho;
- s) conduzir veículos de representação da atividade parlamentar, quando por este designado;
- t) receber e entregar correspondências;
- u) participar de cursos e treinamentos relacionados à atividade legislativa, comunicação e assessoria política;
- v) desenvolver relatórios sobre indicadores sociais, econômicos e outros temas de interesse do mandato;
- w) executar outras atividades correlatas que lhe sejam atribuídas pelo
- x) titular do mandato eletivo ou suplente em exercício.

## II – Chefia de Gabinete

- a) atuar na organização, na coordenação e no controle das atividades político-administrativas em Plenário, nas Comissões e nas bases de atuação parlamentar;
- b) executar atividades administrativas relacionadas ao quadro de pessoal da unidade parlamentar;
- c) executar e controlar atividades administrativas relacionadas a material de consumo;





- d) cuidar da agenda de audiências com autoridades e reuniões com demais representantes da sociedade civil;
- e) registrar, organizar e dar encaminhamento às solicitações recebidas pelo gabinete;
- f) coordenar atividades dos demais integrantes do gabinete, quando necessário.

#### TÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º Às pessoas indicadas para a Função de Natureza Comissionada de Assessoramento Parlamentar – ASP é devida, à razão de 1/12 (um doze avos) da retribuição de assessoramento do mês de dezembro, por mês trabalhado no respectivo ano, retribuição natalina, a ser paga até o dia 15 de dezembro de cada ano.

Art. 9º O gabinete de Vereador que utilizar a verba de Retribuição de Assessoramento Parlamentar – RAP não poderá valer-se dos cargos de livre nomeação e exoneração de assessor parlamentar da Câmara Municipal de Maracanaú.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

Art. 11. Ficam revoadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 3.621, de 10 de dezembro de 2024.

PAÇO SEIS DE MARÇO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARACANAÚ, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2024.



**Câmara Municipal de  
Maracanaú**

Projeto de lei de nº

**José Valde mi Gomes Peixoto**

**PRESIDENTE**

**Rafael Cavalcante Lacerda**

**2º VICE-PRESIDENTE**

**Jeorgenes Castro e Silva**

**2º SECRETÁRIO**

**Josué Martins Ferreira**

**1º VICE-PRESIDENTE**

**Maria Rocha Abreu**

**1ª SECRETÁRIA**

**Robério Santos Oliveira**

**3º SECRETÁRIO**



## ANEXO ÚNICO DO ATO NORMATIVO Nº

## TABELA DE RETRIBUIÇÃO MENSAL

SIMBOLOGIA	VALOR
ASP-1	R\$ 1.600,00
ASP-2	R\$ 2.000,00
ASP-3	R\$ 2.500,00
ASP-4	R\$ 3.000,00
ASP-5	R\$ 3.500,00
ASP-6	R\$ 4.000,00
ASP-7	R\$ 4.439,26
ASP-8	R\$ 4.705,30
ASP-9	R\$ 5.327,11
ASP-10	R\$ 6.214,96
ASP-11	R\$ 7.102,72
ASP-12	R\$ 7.833,33
ASP-13	R\$ 8.878,52
ASP-14	R\$ 9.400,00
ASP-15	R\$ 10.654,20
ASP-16	R\$ 11.763,50



## JUSTIFICATIVA

### **Ref. Projeto de Lei n.º**

Assunto: Institui, no âmbito da Câmara Municipal de Maracanaú, a Retribuição de Assessoramento Parlamentar – RAP, destinada ao custeio da assessoria parlamentar, revoga a Lei nº 3.621, de 10 de dezembro de 2024 e dá outras providências.

Caros colegas,

Encaminhamos, para apreciação de Vossas Excelências, o presente Projeto de Lei, que dispõe sobre instituição, no âmbito da Câmara Municipal de Maracanaú, da Retribuição de Assessoramento Parlamentar – RAP, e trata da revogação da Lei nº 3.621, de 10 de dezembro de 2024.

A instituição da RAP visa garantir a pessoalidade, dedicação e essência inerentes às atribuições de assessoramento parlamentar, funções necessárias e essenciais para a boa condução do mandato parlamentar.

O atual quadro de servidores da Câmara Municipal de Maracanaú foi alvo de alguns questionamentos em razão de entendimento divergente da maioria da doutrina, jurisprudência e prática parlamentar. Por esta razão, julgamos, dentro de nossas concepções, ser este o momento oportuno para uma inovação e adequação do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Maracanaú, especificamente, em relação à assessoria dos parlamentares.

A mudança ora pretendida não será implementada imediatamente, pois faz-se necessária a manutenção dos percentuais já estabelecidos de despesa com pessoal, não





havendo que se falar em aumento de despesa com pessoal nesse momento, uma vez que haverá compensação com a vacância dos caros de provimento em comissão de assessor parlamentar.

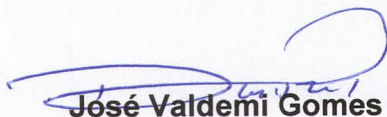
A almejada alteração visa proporcionar mais transparência e pertinência ao assessoramento parlamentar, com a uniformização de valores e quantidades de pessoas indicadas.


Também, consta como outra justificativa para a presente propositura a verificação da falta de definição de níveis em relação aos valões a serem pagos aos ocupantes da função de natureza comissionada de assessoramento parlamentar. No intuito de corrigir esta omissão, buscou-se tratar inteiramente da matéria, a fim de revogar a Lei nº 3.621, de 10 de dezembro de 2024, concentrando as disposições legais sobre a matéria em um único diploma legal.

Diante do exposto, julgamos pertinente a matéria, buscando guarida dos nossos pares nesta aprovação.

Atenciosamente,

PAÇO SEIS DE MARÇO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARACANAÚ, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2024.

  
**José Valdemir Gomes Peixoto**  
PRESIDENTE

  
**Josué Martins Ferreira**  
1º VICE-PRESIDENTE



Câmara Municipal de  
**Maracanaú**

  
**Rafael Cavalcante Lacerda**

2º VICE-PRESIDENTE

  
**Jeorgenes Castro e Silva**

2º SECRETÁRIO

  
**Maria Rocha Abreu**

1ª SECRETÁRIA

  
**Robério Santos Oliveira**

3º SECRETÁRIO